

## Sarney promete apurar denúncias e punir responsáveis

O presidente do Senado, José Sarney, ocupou ontem a tribuna para reafirmar a intenção de apurar todas as denúncias que envolvam o Senado e responsabilizar os que, eventualmente, tiverem cometido irregularidades. Vários senadores se manifestaram em Plenário após o pronunciamento. **4 e 5**



"Iremos fazer do Senado aquilo que todos os senadores desejam: uma Casa respeitada", afirma Sarney, da tribuna

## Consumidor pode receber quitação anual de débitos

As prestadoras de serviços públicos e privados devem encaminhar aos consumidores quitação anual de débitos, segundo projeto aprovado ontem à noite. **3**

## PEC dos Vereadores deve ser votada hoje

Os líderes partidários decidiram deixar para hoje a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 47/08) que define limites para os gastos das câmaras municipais.

## Comissão aprova hora unificada para todo o país

O Brasil pode passar a ter uma única hora legal, sem diferenças de fuso horário. A unificação foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **6**

# Senado aprova Minha Casa e limpa a pauta

Programa de habitação do governo federal foi uma das principais matérias examinadas ontem. Senadores votaram todas as propostas sobre as quais havia acordo de lideranças



Como os líderes chegaram a acordo sobre a pauta, mais de 30 matérias puderam ser votadas na sessão de ontem à noite

Depois de prolongada discussão em Plenário, os senadores aprovaram ontem à noite a medida provisória que instituiu o programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida. Com a pauta desobstruída, foram examinadas mais de 30 propostas, algumas delas voltadas à defesa do consumidor. Um dos projetos amplia para um ano a validade dos bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, interestaduais e internacionais, independentemente de estarem com data e horários marcados.

Também foi acolhida proposta que proíbe aos empregadores exigir carta de fiança de candidatos a emprego pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outro projeto aprovado altera o Código de Processo Civil para atribuir aos idosos e portadores de doenças graves prioridade na tramitação de processos no âmbito da Justiça. **3**

Ampliação da LICENÇA-MATERNIDADE  
Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



O presidente do Senado da França, Gérard Larcher, declara, em visita à Comissão de Relações Exteriores, que o seu país também tem interesse em estabelecer parceria com o Brasil na área de energia nuclear

## Transferência de tecnologia de defesa tem o apoio do Parlamento francês

OS ACORDOS DE transferência de tecnologia na área de defesa celebrados entre a França e o Brasil contam com o "apoio integral" do Parlamento francês, disse ontem o presidente do Senado da França, Gérard Larcher, durante visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Não se trata apenas de vender aviões e submarinos, mas sim de se concretizar uma transferência de tecnologia para hoje e para amanhã – afirmou Larcher.

Pouco antes, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, de Defesa e das Forças Armadas do Senado francês, Josselin de Rohan, havia convidado o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a viajar à França, juntamente com uma delegação de parlamentares, para debater o tema. O senador francês convidou ainda os colegas brasileiros a visitar instalações militares de seu país.

Azeredo considerou importante saber que não existe, na França, restrição legislativa a acordos de transferência de tecnologia com o Brasil. Recordou que helicópteros de origem francesa são fabricados no seu estado, Minas Gerais.

O senador João Tenório (PSDB-AL) também se declarou satisfeito com a cooperação na área militar e, ao mencionar a questão ambiental, defendeu a utilização da energia nuclear – responsável por 80% da eletricidade francesa



Logo após o pronunciamento do presidente do Senado, José Sarney, em que este defendeu sua postura ante a crise da instituição, o presidente do Senado da França, Gérard Larcher, foi recebido em Plenário. Sarney lhe deu as boas-vindas em nome de todos os parlamentares e disse que a visita era "um dos pontos altos deste ano em que comemoramos o Ano da França no Brasil".

Larcher, com outros parlamentares franceses, tomou assento à Mesa e assistiu a pronunciamentos de senadores sobre a crise relacionada à denúncia sobre a existência de atos secretos no âmbito administrativo do Senado. Mais cedo, o parlamentar francês havia sido recebido em audiência por Sarney e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

– e da bioenergia, produzida a partir de etanol. Em resposta, Gérard Larcher afirmou que seu país estaria pronto a estabelecer uma parceria na questão da energia nuclear.

Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) quis saber se haveria, no Parlamento da França, algum tipo de "preconceito ideológico" em relação ao ingresso da Turquia na União Europeia, assim como existiria, em sua opinião, a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul. O presidente do Senado francês respondeu que não há preconceito ideológico, mas observou que seu país

não considera a Turquia um Estado europeu.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defenderam maior integração da França com os estados da Amazônia brasileira.

### Europa-Brasil

Teve início na noite de ontem, no Auditório Petrônio Portella, o 16º Fórum Brasil-Europa. O objetivo do encontro é debater as perspectivas políticas e comerciais entre o Brasil e o continente europeu, além de aspectos influentes da União Europeia no âmbito global.

O fórum é organizado pela Universidade de Brasília, Fundação Konrad Adenauer e Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, contando ainda com o apoio da Delegação da Comissão Europeia no Brasil.

O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), que presidiu a mesa de discussão, destacou a formação europeia do povo brasileiro e a influência cultural daquele continente no Brasil.

O deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, lembrou a importância de o Congresso brasileiro abrir espaço para a aproximação entre os dois parlamentos, "sobretudo do ponto de vista dos negócios e do comércio, mas enfatizando também outros assuntos de interesse do Brasil e da Europa".

## Larcher agradece ajuda do país na busca de vítimas do voo 447

Ao receberem o presidente do Senado francês, Gérard Larcher, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, expressaram sentimentos de tristeza pelas vítimas do voo 447 que caiu no Atlântico, em 31 de maio, matando 228 pessoas. Larcher expressou a gratidão do povo francês pela valiosa colaboração prestada pelas Forças Armadas brasileiras em busca das causas dessa fatalidade.

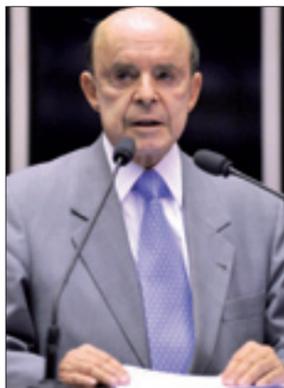
– Em nome do Senado francês e da França, quero elevar meu pensamento às vítimas brasileiras, sem esquecer obviamente todas as vítimas de todos os países. A amizade se conhece quando é noite. E é nessa dificuldade que podemos comprovar o envolvimento dos nossos amigos brasileiros, e eu quero agradecer por isso – disse Larcher.

Em defesa do estreitamento das relações Brasil-França, ele expressou o desejo do seu país em estabelecer uma parceria mais intensa entre o Congresso brasileiro, a Assembleia Nacional francesa e o Senado daquele país. Isso, conforme explicou, se concretizaria em apoio à parceria estratégica conduzida pelos presidentes Nicolas Sarkozy e Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao falar da alegria em receber o presidente do Senado do país europeu, Sarney assinalou que a França exerce fascínio em todos os brasileiros, em particular nos afeiçoados à literatura. Explicou a distinção na formação da América espanhola e da América portuguesa, observando que, enquanto aquela foi forjada em batalhas que a separaram em várias nações, a América portuguesa transformou-se num país único, mediante a ação do poder civil.

Sobre o bicameralismo brasileiro, Sarney deu a seguinte explicação: "Quando fizemos nossa independência, no ano seguinte fizemos nossa assembleia constituinte, já pensando na formação de um país baseado no estado de direito. Na Assembleia Constituinte de 1823 estava a concepção do nosso sistema bicameral".

## Tarifa da UE a café brasileiro é perversa, afirma Dornelles



Dornelles: país deve exigir fim da sobretaxa sobre o solúvel

Francisco Dornelles (PP-RJ) classificou ontem de "perversa" a barreira tarifária de 9% imposta pela União Europeia (UE) ao café solúvel brasileiro desde janeiro de 2006. Como não é aplicada ao solúvel proveniente de outros países, a taxa está levando o produto exportado pelo Brasil a sofrer concorrência desleal, afirmou ele.

A sobretaxa já havia sido cobrada na década de 1990, e o argumento para sua aplicação é o de apoiar países da África e da Ásia que se encontrariam em grau de desenvolvimento inferior ao do Brasil. O senador, entretanto, disse que, embora estabelecido dentro do denominado Sistema Geral de Preços da UE, o imposto sobre o café solúvel brasileiro tem violado todos os preceitos acordados nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

– Não estamos sabendo negociar as justas contrapartidas para os nossos produtos de forma a defender a indústria nacional, principalmente a do café solúvel. O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento devem atuar com maior agressividade nessa questão.

Dornelles aconselhou o governo a, em primeiro lugar, exigir o imediato fim da sobretaxa. Paralelamente, enquanto a barreira não for removida, ele sugeriu a adoção de medidas compensatórias ao setor de solúvel, na forma de ressarcimento ao exportador, utilizando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário deve analisar hoje PEC dos Vereadores

Os líderes partidários decidiram adiar para hoje a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 47/08) que define limites para os gastos das câmaras municipais. A PEC será o primeiro item da pauta da ordem do dia, prevista para começar às 15h.

### Sarney: lançamento de campanha do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h os norte-americanos Robert Amsterdam, advogado, e James Kimer, político. Às 11h30, participa do lançamento da campanha "O Congresso faz parte de sua história". Às 16h, preside a ordem do dia.

### Na CCJ, redução da maioria

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, a partir das 10h, diversas proposições, entre elas a que visa aperfeiçoar a educação no país. Também está na pauta duas emendas de Plenário à proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

### CRE vota emendas à LDO

A Comissão de Relações Exteriores discute, às 10h, as emendas que vai encaminhar ao projeto de LDO para 2010.

### Fórum Europa-Brasil

Às 9h30, no Auditório Petrônio Portella, tem prosseguimento o 16º Fórum Europa-Brasil, com palestras sobre os temas "O futuro da política externa europeia e o Brasil", "Novos impulsos pela parceria estratégica entre Brasil e União Europeia" e "A cooperação euro-brasileira no âmbito internacional – Reforma da ONU e cooperação em políticas transnacionais".

### Propriedade intelectual em debate na CCT

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate em audiência pública, a partir das 8h30, propriedade intelectual e inovação. Serão discutidas as relações entre os dois conceitos, bem como dúvidas jurídicas sobre a propriedade intelectual. Estarão presentes o diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz, e a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Cláudia Chamas, entre outros.

### CE examina dedicação ao ensino

Em audiência pública, a Comissão de Educação (CE) discute, a partir das 10h, o projeto de regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública. Foram convidados a coordenadora-geral de formação de professores da Secretaria de Educação Básica do MEC, Helena Costa Lopes de Freitas; o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão; e o diretor do Sindicato dos Professores no DF Antônio de Lisboa Amâncio Vale.

Em sessão que se prolongou pela noite, o Plenário aprovou mais de 30 matérias, limpando da pauta todas as propostas sobre as quais havia acordo

### TRANSPARÊNCIA NAS CONCESSÕES PÚBLICAS

Emenda da Câmara ao projeto que obriga a publicação, na imprensa oficial e na internet, dos contratos de concessão celebrados pelo poder público e seus aditivos, além de avaliações mensais, foi aprovada ontem pelo Senado. A emenda ao PLS 23/00 acrescenta dispositivo que estende a aplicação dessas regras às concessões de serviços de telecomunicações.

### INTERCÂMBIO DE ESTAGIÁRIOS

Acordo entre Brasil e Argentina sobre o intercâmbio de estagiários foi aprovado pelos senadores. O Projeto de Decreto Legislativo 64/09, relatado por Pedro Simon (PMDB-RS) na Comissão de Relações Exteriores, acata o texto do acordo, que objetiva simplificar as normas para admissão de estrangeiros, no âmbito da cooperação profissional e técnica entre empresas dos dois países.

### NOVO REGULAMENTO SANITÁRIO DA OMS

Os senadores acolheram o projeto de decreto legislativo (PDS 66/09) que aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), referendado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2005.

O novo regulamento amplia a esfera de ação do documento anterior, adotado em 1969 e modificado em 1973 e 1981.

### EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado (PLS 245/99) que estabelece, no Código de Trânsito Brasileiro, a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda, foi aprovada ontem.

De autoria da então senadora Emília Fernandes, o projeto será enviado agora à Comissão Diretora, para a redação final.

### FIM DA CARTA DE FIANÇA NO EMPREGO

Proposta que proíbe aos empregadores exigir carta de fiança de candidatos a emprego pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi aprovada, em forma de substitutivo. O projeto (PLC 103/05), relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), determina que quem infringir a norma estará sujeito a pagar indenização ao empregado ou candidato a emprego.

# Minha Casa, Minha Vida é aprovado pelo Plenário

A MEDIDA QUE institui o programa Minha Casa, Minha Vida e regulariza assentamentos localizados em áreas urbanas foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. O objetivo do programa é criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas moradias por famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650).

A matéria – Projeto de Lei de Conversão 11/09, proveniente da MP 459/09 – será encaminhada à sanção presidencial. A proposta, relatada por Gim Ar-

gello (PTB-DF), foi aprovada sem as emendas apresentadas por alguns senadores, mantendo as modificações introduzidas pela Câmara. Uma das mudanças é a especificação de que o programa será direcionado às famílias que residem em qualquer município do país. Pela MP, o programa beneficiaria somente cidades com mais de 100 mil habitantes. Outra alteração estabelece que seja destinado R\$ 1 bilhão para atender municípios com população de até 50 mil habitantes, com foco nas famílias que têm renda mensal de até três salários

mínimos (R\$ 1.395).

Dados de 2006 do Ministério das Cidades estimam o déficit habitacional brasileiro em 7,9 milhões. A inclusão do segmento da população com renda até dez salários mínimos alcança 99,1% do déficit, segundo estudo.

Durante o debate, senadores da base do governo e da oposição elogiaram o programa. Os opositoristas, no entanto, disseram temer problemas como conflito do programa com a realidade orçamentária do país e falta de terrenos disponíveis para a construção das moradias.



Senadores acatam medida provisória que cria programa habitacional voltado a famílias com renda mensal de até R\$ 4.650

### Documento anual provará quitação de serviços públicos

Projeto do Senado que obriga as prestadoras de serviços públicos e privados a enviarem ao consumidor declaração de quitação anual de débitos foi acolhido ontem pelo Plenário, na forma de substitutivo da Câmara.

O objetivo da proposta (PLS 170/03), de autoria do senador Almeida Lima (PMDB-SE), é reduzir a quantidade de documentos que as pessoas precisam guardar para comprovar que estão em dia com suas obrigações.

O substitutivo, que teve como relator o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), será enviado à Mesa para redação final. Após nova votação do Plenário, irá à sanção do presidente da República.

### Passagem rodoviária poderá valer por um ano

A validade dos bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, interestaduais e internacionais poderá ser de um ano a partir da emissão, independente de estarem com data e horários marcados, segundo proposta aprovada em Plenário.

O projeto (PLC 51/07) também estabelece o direito de o consumidor remarcar o bilhete dentro do novo prazo de validade e o reembolso do valor pago antes do embarque, caso desista da viagem. A empresa transportadora terá um prazo de 30 dias para efetuar o reembolso. As empresas que operam com linhas urbanas e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as determinações.

### Cassação de prefeitos deve ganhar agilidade

Foi aprovado pelo Plenário projeto de lei (PLC 22/05) que restringe a leitura do processo de cassação de prefeito às peças que forem solicitadas pelos vereadores e pelo denunciado. Com a decisão, acaba a obrigatoriedade de se fazer toda a leitura dos autos, como ocorre atualmente. De acordo com o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto dará maior celeridade ao processo de cassação. Também eliminará, disse, "a excessiva protelação na decisão legislativa".

A proposta, que altera o Decreto-Lei 201/67, sobre responsabilidade de prefeitos e vereadores, vai agora à sanção presidencial.

### PRIORIDADE PARA IDOSO EM PROCESSOS

Recebeu voto favorável do Plenário projeto de lei (PLS 145/04) que, ao alterar o Código de Processo Civil, determina que os procedimentos judiciais em que figurem como partes pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou portadores de doença grave terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

### DOIS NOVOS EMBAIXADORES

As indicações para os cargos de embaixador do Brasil de Luiz Gilberto Seixas de Andrade, na Guiana (República Cooperativista da Guiana), e de João Solano Carneiro da Cunha, na República Dominicana, foram aprovadas ontem em Plenário. O diplomata Luiz Gilberto Andrade é economista. João Solano Cunha é bacharel em Língua e Literatura francesa.

### INFORMAÇÕES EM PRODUTO REFRIGERADO

O Plenário aprovou três emendas da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 205/96) que altera o Código de Defesa do Consumidor. Uma das emendas determina que informações nas embalagens de produtos refrigerados deverão resistir à manipulação do produto, e fiquem sempre legíveis para o consumidor. A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

### ARTE OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto de lei da Câmara (PLC 75/06) que inclui o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, na composição do currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio foi aprovado ontem pelos senadores. De autoria do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), o projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

### CELERIDADE ÀS AÇÕES SOBRE DIREITO DIFUSO

Prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos é o que estabelece projeto de lei (PLC 81/05) da Câmara dos Deputados aprovado ontem, mediante substitutivo, pelo Plenário.

O objetivo da proposta, do deputado Carlos Humberto Mannato (PDT-ES), é dar mais agilidade a essas ações judiciais.

### EMPRÉSTIMO PARA PORTO ALEGRE

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto de resolução (PRS 25/09) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permitirá à prefeitura de Porto Alegre tomar empréstimo de US\$ 83,27 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados no financiamento do Programa Integrado Sócio-Ambiental (Pisa) da capital gaúcha.

### OPÇÃO DE DATAS PARA PAGAMENTO DE CONTAS

Outra matéria aprovada ontem pelo Plenário determina a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor no mínimo seis datas opcionais para o vencimento de suas contas.

A proposição (PLC 104/05), que teve origem na Câmara dos Deputados, será remetida agora para a sanção do presidente da República.

### APROVEITAMENTO DE MATÉRIAS EM TEOLOGIA

Foi aprovado projeto (PLC 118/05) sobre aproveitamento, nos cursos de graduação de Teologia e Filosofia, de estudos dessas áreas realizados em seminários. Formandos nos dois cursos, com duração mínima de dois anos, realizados em seminários, podem ter seus estudos aproveitados, total ou parcialmente, após avaliação de banca examinadora. Matéria voltará à Câmara.

# Sarney: investigação e punição "doa a quem doer"

Presidente do Senado ocupou a tribuna para prestar contas das medidas tomadas pela Casa diante de revelações da imprensa sobre a existência de supostos atos administrativos secretos e outras denúncias recentes

DURANTE POUCO MAIS de meia hora, o presidente do Senado, José Sarney, ocupou ontem a tribuna para analisar as denúncias que a Casa está enfrentando, garantir que punirá todos os que estejam envolvidos em irregularidades, classificar de injustas as afirmações de que teria praticado nepotismo e alertar para o fato de que, no mundo inteiro, existe um movimento com a finalidade de enfraquecer as instituições legislativas.

— A crise do Senado não é minha, a crise é do Senado — afirmou.

Ao lembrar que está há apenas quatro meses ocupando o cargo de presidente, Sarney lamentou o fato de, durante esse período, ter apenas dedicado seu tempo a corrigir erros do passado. Sobre a existência de atos administrativos não publicados, revelou que, ao tomar conhecimento do assunto, por

intermédio do 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), determinou uma rápida apuração. Somente após a comissão nomeada começar a se debruçar sobre o tema é que a imprensa passou a publicar notícias sobre o caso, observou.

José Sarney antecipou que o trabalho da comissão que investigou a não publicação dos atos já está concluído e deverá ser divulgado na próxima semana, quando Heráclito Fortes retornar às atividades normais depois de um período afastado para uma intervenção cirúrgica. O presidente garantiu que hoje todos os atos estão publicados normalmente na intranet (rede interna do Senado).

Outro assunto abordado pelo senador foi a acusação de que teria pedido a Epitácio Cafeteira (PTB-MA) a contratação de um neto. Ele disse que o próprio Cafeteira



Senador anunciou que 1º secretário apresentará, na semana que vem, conclusões de comissão que apurou caso dos atos não publicados

já negou a suposta solicitação. Segundo Sarney, o colega da bancada maranhense não lhe teria comunicado a contratação com receio de

que a vetasse. O presidente reforçou a intenção de apurar todas as denúncias que envolvam o Senado e responsabilizar todos os que tiverem cometido irregularidades.

— Quem for responsável, que seja punido, e serei eu que estarei à

frente para punir. Eu estarei aqui pronto para cumprir tudo o que o Senado decidir e, ao mesmo tempo, vou levar em frente, doa a quem doer, resistências que tiver. Iremos fazer do Senado aquilo que todos os senadores desejam: uma Casa respeitada — afirmou.

## Providências

O presidente lembrou que o primeiro problema que enfrentou na sua atual gestão foi a denúncia de que o então diretor-geral da Casa, Agaciela Maia, possuía uma casa não declarada à Receita Federal.

— Qual foi a primeira providência imediatamente que tomei? Como todos nós somos obrigados por lei a mandar anualmente as nossas declarações ao Tribunal de Contas, determinei ao TCU que examinasse esse fato. Em seguida, com a repercussão na imprensa, disse ao

doutor Agaciela que o melhor era ele sair [da direção geral], e aceitei sua demissão — explicou.

Depois do caso Agaciela, recordou José Sarney, surgiu a notícia de que o então diretor de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, estava envolvido com empresas que negociavam empréstimos consignados na Casa. O senador disse que determinou à Polícia do Senado a abertura de inquérito que culminou com o indiciamento de quatro pessoas, entre elas o ex-diretor e a sua esposa, Denise Zoghbi, também ex-diretora da instituição.

Sobre as denúncias a respeito da utilização de cotas de passagens pelos senadores, Sarney lembrou que foram definidas novas regras para a utilização de bilhetes aéreos pelos parlamentares e também da verba indenizatória.

## Viana: "Nunca assinei nenhum ato secreto"

Tião Viana (PT-AC) contestou declarações do ex-diretor-geral Agaciela Maia, em entrevista ao jornal *O Globo*, segundo a qual "todos os senadores" que presidiram a instituição e participaram da Mesa sabiam da existência de atos secretos no âmbito da administração da Casa.



Tião Viana

— Nunca assinei nenhum ato secreto, nem como vice-presidente, nem como presidente interino do Senado. E nunca soube da existência de tais atos.

## Marisa Serrano cobra "providências sérias"

Para Marisa Serrano, se o presidente do Senado e a Mesa da Casa não tomarem "providências sérias" com o objetivo de mudar a estrutura administrativa do Senado, "vai ficar difícil continuar a ter a simpatia, o respaldo e a confiança do povo brasileiro".



Marisa Serrano

Ela disse que não quer ser cúmplice de nenhum ato que possa denegrir sua biografia ou a de qualquer senador, e que não pode passar à sociedade a ideia de que trabalha em uma Casa onde não se tem conhecimento "daquilo que se passa em suas entranhas".

## Reforma radical pode tornar Casa um exemplo

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que o problema fundamental do Senado é a forma como está estruturado, que acabou transformando-o em uma instituição anacrônica, com funcionamento inadequado e custo elevado.



Sérgio Guerra

O parlamentar defendeu uma reforma radical da Casa e sugeriu que o próprio Sarney encampe essa mudança, tornando o Senado um exemplo a ser adotado. Para ele, o ambiente de "certa permissividade" não atende mais aos reclamos da opinião pública.

## Virgílio sugere mandato fixo para diretor-geral

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu que seja estabelecido, por meio de um projeto de resolução, um mandato para o cargo de diretor-geral da Casa. Ele também propôs que o nome escolhido pelo presidente ou a sua destituição sejam submetidos à aprovação do Plenário.



Arthur Virgílio

— A nossa intenção é construtiva. Não aceitamos que esta Casa naufrague. Não quero referendar e não posso compactuar com atos de pessoas que se comportaram como quadrilheiros no Senado — afirmou.

## Mercadante pede uma reforma profunda

O Senado ajudou a construir o atual momento "em que o país registra avanços na redução da pobreza e da desigualdade social", afirmou Aloizio Mercadante (PT-SP). No entanto, o senador considera necessária uma reforma profunda na Casa, "pois o modelo atual de gestão está esgotado e acaba favorecendo a ocorrência de irregularidades administrativas". Ele sugeriu, por exemplo, um mandato de, no máximo, dois anos para o diretor-geral, renovável por igual período.



Aloizio Mercadante

## Atos foram aprovados por senadores, afirma Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que todos os atos da Mesa foram aprovados pelos senadores. Ele próprio informou ter votado a favor de duas resoluções que criaram novas comissões da Casa, as quais continham parágrafos convalidando atos da Mesa do Senado entre 2003 e 2007. "Votei, mas não fui suficientemente informado sobre o conteúdo dos atos. Não aceitei mais votar resoluções sobre um assunto que continham artigos tratando da convalidação de atos", disse.



Eduardo Suplicy

## Agripino: Sarney tem apoio para reorganizar o Senado

José Agripino (DEM-RN) disse que José Sarney tem o apoio dos seus colegas, incluindo os líderes, na tarefa de reorganizar administrativamente a Casa. Nesse desafio estaria a investigação de todos os atos praticados com dolo e a punição exemplar dos culpados.



José Agripino

Com esse apoio dos senadores, disse, será possível reestruturar a Casa, diminuindo-se o número de terceirizados, já que "infelizmente não se pode mexer nos concursados".

## Casagrande propõe criação do Portal da Transparência

O Legislativo é o mais transparente e o mais "achincalhado" dos Poderes, disse Renato Casagrande (PSB-ES). O senador elogiou a sanção da lei que obriga os governos federal, estaduais e municipais a publicarem receitas e gastos em tempo real na internet (Lei Complementar 131/09). Casagrande também pediu apoio ao projeto de sua autoria que cria o Portal de Transparência do Senado, obrigando as unidades gestoras da Casa a publicarem, semanalmente, suas despesas, receitas, contratos e outras informações (PRS 12/09).



Renato Casagrande

## Crivella elogia "discurso épico" de Sarney

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que "José Sarney é o melhor nome para enfrentar a altura a crise em que a instituição se encontra". Para Crivella, o discurso do presidente do Senado foi "épico". Reconhecendo que erros têm sido cometidos e que há muito a corrigir, Crivella observou que "outras instituições também não são perfeitas". No caso do Senado, ele considerou que há excesso de servidores e salários muito altos, mas lembrou que a legislação não permite a redução salarial, como proposto por alguns parlamentares.



Marcelo Crivella

## Alvaro Dias: mudanças não podem ser paliativas

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que não basta vontade política para mudar o modelo de gestão do Senado, que ele considera "antigo e superado". Em sua avaliação, é preciso determinação, eficiência e agilidade, pois a sociedade não vai aceitar mudanças "paliativas". Alvaro Dias também manifestou apoio ao discurso do presidente do Senado, José Sarney, sobre providências para a moralização administrativa da Casa.



Alvaro Dias

## Valadares pede apoio a mudanças administrativas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que está tranqüilo em relação às reformas que estão sendo anunciadas na área administrativa da Casa e propôs que os senadores apoiem a Mesa nas mudanças necessárias. Ele elogiou José Sarney, "um homem, do ponto de vista político, preparado para a função" de estar à frente do Senado. Valadares lembrou que o comando direto da Casa é exercido pela Mesa, com autoridade para desempenhar suas funções.



Antônio Carlos Valadares

## Demostenes quer MP e PF nas investigações

Demostenes Torres (DEM-GO) disse confiar que o presidente do Senado, José Sarney, colocará em prática medidas para profissionalizar a administração da Casa e punirá os responsáveis por irregularidades. Ele pediu a Sarney que convoque o Ministério Público e a Polícia Federal para participarem das investigações. Para o senador, houve improbidade administrativa no esquecimento da publicação de atos de nomeação de servidores.



Demostenes Torres

## Simon quer votação de medidas pelo Plenário

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a propor que o Senado faça uma reunião administrativa mensal para apreciar medidas como contratações de funcionários, aumentos salariais ou viagens ao exterior.



Pedro Simon

— Quando o presidente Sarney diz que a culpa não é dele, que é de todo o Senado, eu digo: é verdade, a culpa é de todo o Senado. A culpa é minha, é verdade, mas a grande verdade é que temos de debater o que fazer.

## Inácio Arruda vê instituição como esteio da democracia

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse ser necessária a "profissionalização" da administração da Casa. "Vamos garantir que o Senado continue a ser um esteio cada vez mais forte da democracia", frisou.



Inácio Arruda

O parlamentar pediu à sociedade apoio e participação na Conferência Nacional de Comunicação, a ser realizada de 1º a 3 de dezembro com o tema "Meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". "Considero que esse é um setor que ainda não sofreu um processo de democratização", afirmou.

## Não há atos secretos no Senado, diz Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que não existe ato secreto no Senado. Conforme disse, muitos atos não foram publicados por falha técnica de servidores, e não por "safadeza, corrupção, ou malfetoria dos administradores". O próprio presidente da Casa, ao tomar posse, disse Papaléo, iniciou auditoria que tornou possível a identificação desses atos. A medida, salientou, permitiu que a imprensa publicasse matérias a respeito do assunto. Ele também instou os senadores a defenderem a imagem da Casa.



Papaléo Paes

## CMA pedirá apuração imediata de denúncias

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou proposta de seu presidente, Renato Casagrande (PSB-ES), para solicitar audiência com o presidente do Senado, José Sarney, com a finalidade de exigir providências em relação a denúncias de existência de atos administrativos secretos.

— Trata-se de uso privado de uma instituição pública, para atender a interesses de alguns. Se o ato administrativo não teve publicidade, ele não cumpriu seu processo legal, sendo, portanto, nulo — argumentou Casagrande, para quem é necessária a adoção de medidas cabais e urgentes.

A CMA ainda aprovou requerimentos de duas audiências públicas. A primeira, sobre saneamento básico, foi proposta por Jefferson Praia (PDT-AM), e a segunda, sugerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será sobre o Programa Amazônia Sustentável, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento. Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou requerimento para criação de uma Subcomissão Permanente das Águas.

## Gazineo contesta notícia do Correio Braziliense

Tendo às mãos um ofício do chefe do Serviço de Administração da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, Luís do Nascimento Filho, o diretor-geral da Casa, Alexandre Gazineo, afirmou que é "absolutamente inverídica" a informação publicada no jornal *Correio Braziliense* de que teria recebido, por meio de ato secreto, adicional salarial de até R\$ 2,6 mil com efeitos financeiros retroativos a dez meses pela participação em comissão especial. Gazineo informou que está consultando um advogado para avaliar a forma de requerer ao jornal a reparação devida.

— Ocupava três comissões simultaneamente e recebia por apenas uma. É importante dar esses esclarecimentos aos meus colegas e vou adotar medidas corretivas em relação ao *Correio Braziliense* em face da inverdade da matéria — completou.

O diretor-geral afirmou ainda que, em nenhum momento, foi ouvido por qualquer repórter do jornal sobre o assunto.

## Campanha mostra importância do Legislativo

Leis aprovadas no Senado e na Câmara e que tiveram influência sobre a vida dos brasileiros serão destacadas na campanha institucional "O Congresso faz parte da sua história", que o Senado lança, às 11h30, na Presidência da Casa.

Os protagonistas da campanha — a ser veiculada em emissoras públicas de rádio e televisão — são cidadãos comuns, que tiveram suas vidas modificadas para melhor pelo trabalho legislativo do Congresso. A campanha trata da Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica; da ampliação da licença-maternidade; das conquistas de novos direitos para os trabalhadores domésticos; do seguro-desemprego; e dos códigos de Trânsito e do Consumidor.

O trabalhador da construção civil Antônio Rodrigues Filho, a motorista Rassimir Silva Santos, a artesã Vera Lúcia Silva, o publicitário Nelson Dantas e os servidores públicos Paulo

Bastos e Mara Melo são os personagens da campanha. Seus depoimentos estão disponíveis até 26 de junho no endereço [www.senado.gov.br/ocongressofazpartedasuahistoria](http://www.senado.gov.br/ocongressofazpartedasuahistoria).

Todo o material publicitário foi produzido com recursos do Senado, sem a necessidade de contratação de agência de propaganda.

O presidente da Casa, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, estarão presentes ao lançamento.

**Ampliação da LICENÇA-MATERNIDADE**

"A criança nasce e a gente fica extremamente feliz, mas saber que vai se afastar do bebê deixa a mãe tensa. Na minha primeira gravidez, fiquei com meu filho quatro meses. É pouco tempo para a mãe e para o filho. Ampliar a licença é importante para a vida das mães trabalhadoras"

Mara Melo, 33 anos, servidora pública

Em 2007, o Congresso Nacional aprovou lei que amplia a licença-maternidade de 4 para 6 meses. Agora, as mães têm mais 60 dias para amamentar e aumentar o vínculo afetivo com seus bebês.

**Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.**

Projeto de Arthur Virgílio elimina diferenças de hora legal existentes, em relação a Brasília, em seis estados e ilhas de Fernando de Noronha e Trindade

# CAE aprova fuso horário único para todo o país

O BRASIL PODE passar a ter uma única hora legal, sem diferenças de fuso horário. A unificação, com base na hora de Brasília, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida elimina diferenças de fuso de Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima, além de Fernando de Noronha e da ilha da Trindade.

Segundo o autor do projeto (PLS/08), senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), as variações de horário causam diversos transtornos às populações dessas regiões: "obstáculo à maior integração do espaço econômico nacional; prejuízo à integração econômica das populações e atividades realizadas na porção mais ocidental da área continental brasileira; deficiente integração dos centros comerciais e industriais de Manaus, Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande, Porto Velho e



Medida apoiada pela Comissão de Assuntos Econômicos visa facilitar comunicações e evitar transtornos para a população

Boa Vista nos negócios realizados nas praças do Centro-Sul do país e enorme descompasso no ritmo vertiginoso de progresso nas comunicações e nos transportes".

Arthur Virgílio explicou que a hora legal brasileira foi estabelecida a partir de 1913, tendo como base a hora do meridiano de Greenwich. Na época, foi criado no Brasil um conjunto

de quatro fusos horários, diminuídos de duas, três, quatro ou cinco horas em relação a Greenwich. Ao longo dos anos, as diferenças de horários foram sendo eliminadas, até que, em

2008, a Lei 11.662 eliminou parte do quarto fuso, mantendo somente os seis estados e as ilhas oceânicas com horários diferenciados em relação a Brasília.

Ao apresentar parecer favorável ao projeto, o relator, Gim Argello (PTB-DF), afirmou que os moradores desses seis estados com diferença de hora em relação a Brasília apoiam a proposta.

– Todos os estados brasileiros afetados por essa diferença estão 'vibrando', pois esse é um problema que os atinge diretamente – assinalou.

O projeto será agora analisado, em caráter terminativo, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A CAE aprovou também pedido de empréstimo no valor de US\$ 83,27 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para Porto Alegre.

## Financiamento da União para universidades estaduais

A União poderá ser autorizada a participar do financiamento das universidades estaduais. A proposta foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para a de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 2/07), de Osmar Dias (PDT-PR), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e prevê que a União participe, em caráter suplementar, do financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados, visando à expansão da oferta de vagas e à qualidade dos cursos e programas.

O autor afirmou que a proposta beneficiará estados brasileiros que não estão conseguindo manter, sozinhos, a estrutura das universidades estaduais.

– Essa parceria permitirá à União manter um número muito maior de estudantes no curso superior – explicou.

O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), propôs que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também fosse ouvida preliminarmente sobre a constitucionalidade do projeto. A dúvida era se o texto obrigava a União a financiar as universidades estaduais ou se apenas permitia sua participa-

ção no financiamento dessas instituições.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu vista do projeto para ajustá-lo, deixando claro que a matéria não é obrigatória, mas autorizativa. Jucá prometeu levar o texto à CAE na próxima terça-feira.

A solução encontrada para viabilizar a aprovação da proposta foi incluir, no parecer do relator, uma alteração no projeto, substituindo a expressão "determinar" por "autorizar" que a União participe do financiamento de universidades estaduais.

A proposta foi elogiada por vários senadores, que descreveram dificuldades de seus respectivos estados para financiar o ensino superior gratuito, sem a ajuda do governo federal. César Borges (PR-BA) afirmou que 4% do orçamento do estado da Bahia são destinados às universidades estaduais. Renato Casagrande (PSB-ES) disse que o projeto poderá também viabilizar a expansão do ensino superior tecnológico em várias regiões.

Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou que "Mato Grosso do Sul sofre com a possibilidade de fechamento de cursos que têm formado excelentes profissionais".

## Osmar Dias critica emenda feita a projeto

O senador Osmar Dias (PDT-PR) informou ao Plenário a aprovação ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto apresentado por ele que autoriza a União a arcar com parte dos custos das universidades estaduais.

Ele lamentou o fato de a líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ter ameaçado pedir vista do projeto, pois discordava do texto original, e que, ao final, tenha sido aprovada pela CAE emenda que deu à proposta caráter apenas autorizativo. Disse que preferiu aceitar o acordo para mudar o texto do projeto para autorizativo a correr o risco de ver a matéria "ficar uns dez anos" nas gavetas do Senado.

– No Paraná, metade dos alunos das universidades estaduais vem de outros estados. Por isso, é justo que o governo federal participe do financiamento dessas escolas. Afinal, a União fica com 63% da arrecadação do país – argumentou.

## Adiada análise de proposta que cria órgãos de turismo no Sistema S

Um pedido de vista coletivo adiou a votação, na CAE, de proposta que cria o Serviço Social do Turismo (Sestur) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur), órgãos subordinados à Confederação Nacional do Turismo (CNTur), criado recentemente pelo Poder Executivo.

De acordo com o projeto (PLS 174/09), de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), as contribuições atualmente pagas pelos estabelecimentos de turismo aos serviços sociais do Comércio (Sesc) e

de Aprendizagem do Comércio (Senac) passam a ser recolhidas pelo Sestur e o Senatur.

O relator, César Borges (PR-BA), afirmou que "as atividades do Sesc/Senac não atendem plenamente às necessidades e aos interesses dos profissionais de turismo". Já Adelmir Santana (DEM-DF) disse que o setor de turismo tem merecido atenção especial da Confederação Nacional do Comércio e que o projeto reduzirá os recursos destinados à formação de profissionais para o comércio.

## Doação a entidade de amparo a jovens poderá ser deduzida do IR

Empresas e pessoas físicas podem passar a contar com dedução do Imposto de Renda devido quando fizerem doações ou oferecerem patrocínio a entidades sem fins lucrativos que desenvolvam ações de amparo e inclusão social de jovens entre 15 e 29 anos. É o que prevê projeto de Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria (PLS 269/08) foi examinada em decisão terminativa, devendo seguir para análise da Câmara. O relator, Tasso Je-

reissati (PSDB-CE), não acolheu o substitutivo da Comissão de Direitos Humanos (CDH), pelo qual as doações só poderiam ser em favor de projetos no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), do governo federal. Foi retirado da pauta da CAE, para exame mais amplo, o PLS 2/06, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que reforça o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com parcela dos lucros da Caixa Econômica Federal que são anualmente repassados à União.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • César Borges • Romeu Tuma • João Pedro

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Gallo, Turra, Paulo de Moraes, Valter Pereira, Denilson Ferreira e Oswaldo Ceotto

## Audiência discute uso de óleo vegetal como combustível

A substituição, de forma gradual e contínua, do óleo diesel pelo óleo de origem vegetal *in natura* como combustível foi defendida por Gilberto Goellner (DEM-MT). Atualmente, segundo o senador, o diesel é responsável por 45% das emissões de partículas finas de ar (fumaça preta), em virtude do alto teor de enxofre existente no diesel.

Lembrando que, pela atual legislação, só é permitida a adição de 5% de biodiesel (B-5) ao óleo diesel, Goellner destacou que o óleo vegetal reduziria a poluição, já que é fonte energética renovável, entre outras vantagens. As afirmações foram feitas durante audiência realizada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), onde foi debatido projeto (PLS 81/08) de Goellner que autoriza a comercialização e o uso, em todo o país, de óleo vegetal

como combustível para máquinas utilizadas na agricultura e no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário da produção agrícola e de seus insumos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator do projeto que tramita na CRA, informou que é favorável à matéria, mas está aberto ao diálogo para melhorá-la.

O representante da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Waldyr Gallo, advertiu que a comercialização em larga escala do óleo vegetal nos postos de combustíveis não poderá ser feita a curto prazo, já que as várias espécies de óleos (mamona, pinhão-manso, dendê) têm propriedades diferentes.

Já Márcio Turra de Ávila, pesquisador da Embrapa, advertiu que certos tipos de óleo vegetal usados em motor diesel podem causar danos à engrenagem. Por isso, entende que as pesquisas devem prosseguir.

## César Borges destaca protesto de universitários

César Borges (PR-BA) leu carta em que os estudantes de Ciências Biológicas, Letras, Pedagogia e Engenharia Agrônoma da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), campus Barreiras, protestam contra o sucateamento das universidades públicas e a falta de investimentos do governo estadual no ensino superior.

Os universitários paralisaram a instituição há dez dias. Na semana passada, o senador participou em Barreiras de um evento que discutiu a implantação da Ferrovia Oeste-Leste, e presenciou o protesto dos estudantes, que cobravam um posicionamento do governador baiano, Jaques Wagner, também presente ao encontro.

O senador disse que a Bahia conta com quatro universidades estaduais "e em todas elas a situação é de caos, sem recursos para contratar novos professores, sem remuneração devida ao corpo docente e instalações em estado precário".



César Borges pede mais atenção do governo baiano à educação no estado



Papaléo: hoje, trabalho escravo resulta de graves problemas sociais e morais

## Papaléo diz que a escravidão acabou apenas no papel

A escravidão, no Brasil, acabou apenas no papel, afirmou Papaléo Paes (PSDB-AP). Na avaliação do senador, a existência de condições de trabalho semelhantes às de escravo no Brasil contemporâneo "é resultado da crônica falta de soluções para problemas graves como a desigualdade social e a impunidade".

– Milhões de brasileiros pobres ou miseráveis, de ambos os sexos e diversas idades, em sua busca por trabalho digno, são particularmente vulneráveis às promessas fraudulentas de agenciadores, os chamados gatos.

Papaléo disse que os estados campeões da prática são Pará, Maranhão e Mato Grosso.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou, em aparte, que os jornais do Amazonas estão cheios de notícias sobre trabalho escravo, inclusive de crianças. João Tenório (PSDB-AL) observou que a prática talvez já seja mais intensa nas periferias das grandes cidades do que no campo.

Comissão de Meio Ambiente aprova projeto que prevê certificação de empresa por boas práticas ambientais como critério de desempate em processos licitatórios do poder público

# Empresas sustentáveis podem ter vantagem em licitações

PARA PREMIAR AS empresas que respeitam o meio ambiente, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou proposta para incluir, na Lei das Licitações, a certificação de empresa por boas práticas ambientais como critério de desempate nesse tipo de processo de seleção da administração pública.

De acordo com o PLS 366/08,

do senador Expedito Júnior (PR-RO), as empresas certificadas pela adoção de práticas ambientalmente sustentáveis poderão ter prioridade na contratação de serviços ou aquisição de bens, quando houver concorrentes em igualdade de condições em licitações públicas.

Em seu parecer favorável, Marisa Serrano (PSDB-MS) argumenta que o poder público possui grande papel indutor de

negócios. Por isso, se produtos ambientalmente corretos ou serviços executados com essa responsabilidade forem privilegiados nas licitações públicas, observa a senadora, a adoção de práticas compatíveis com o desenvolvimento sustentado terá grande incentivo no Brasil.

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será votada em decisão terminativa.

## Proposta cria fundo para ajudar fumicultores

A secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Tânia Cavalcanti, defendeu o projeto de lei de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que cria fundo de proteção para os trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco (PLS 176/07). O tema foi discutido ontem, em audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O pedido do debate foi feito pelo relator da proposta na comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Para Tânia Cavalcanti, além de causar problemas à saúde dos usuários, o fumo onera o Estado devido à necessidade de tratamento das enfermidades decorrentes do seu consumo. Ela informou que câncer e disfunções cardiorrespiratórias, entre os 50 males atribuídos ao tabagismo, são as doenças que mais matam no Brasil.

– A possibilidade de instituir a Cide-Fumo, proposta pelo



Paim (C) no debate sobre projeto de Zambiasi (à dir.) com representantes de sindicato e ministério

projeto, pode representar um mecanismo para o Estado brasileiro promover a utilização mais justa dos recursos obtidos pela atividade, que atribui ao poder público e à sociedade o ônus de arcar com custos sociais e econômicos das doenças relacionadas ao tabaco – enfatizou.

### Oportunidades

Apesar de ser contrário ao uso do tabaco, o senador Sérgio Zambiasi disse defender os tra-

balhadores do setor fumicultor. Ele afirmou que a proposta de criação de um fundo é estimular a pesquisa, criar oportunidades e permitir que hospitais ofereçam melhores condições a quem sofre pelos vícios do cigarro, além de constituir recursos para permitir que os pequenos agricultores possam mudar suas atividades.

## Paim relata alto consumo de crack entre gaúchos

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou que as drogas tenham chegado ao meio rural do Rio Grande do Sul, informando que o consumo de crack, a droga que vicia com mais rapidez, é hoje "uma pandemia" entre os jovens do seu estado. Ele aplaudiu a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), que decidiu colocar na televisão uma campanha contra o consumo de drogas. A campanha foi apresentada ontem, em Brasília, aos senadores gaúchos, e será estendida ao estado de Santa Catarina.

– A campanha é contra o crack, uma droga devastadora que vicia na experimentação. Só no Rio Grande do Sul já existem mais de 50 mil dependentes de crack – disse o senador.

Paim informou ter pedido estudos aos consultores do Senado sobre a criação de um fundo constitucional para o tratamento de dependentes de drogas. Lembrou ainda que o Ministério da Saúde lançou o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (Pead).



Proposta por Ideli Salvatti, audiência reuniu representantes de três ministérios

## Especialistas debatem mudanças climáticas e economia

Em audiência pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Castro, defendeu a realização de investimentos de grande valor para ser aplicados no desenvolvimento de projetos científicos na Amazônia, como parte das providências visando ao combate às causas das mudanças climáticas. A seu ver, a criação de um pólo de biotecnologia destinado a agregar valor à biodiversidade local seria a maneira de o país conseguir um desenvolvimento sustentado para a região.

O debate da CMMC teve como tema "Mudanças climáticas e economia" e foi realizado a pedido da presidente da comissão,

senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

O representante do Ministério da Fazenda, Ruterly Marques, destacou as consequências econômicas do aquecimento global, uma vez que exige dos países elevados investimentos em adaptação ou mitigação de seus efeitos. Segundo ele, estudos revelam que os custos de adaptação saem mais caros que os de mitigação.

Marcos Otávio Prates, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disse que, de acordo com o ex-economista-chefe do Banco Mundial Nicholas Stern, o não combate à mudança climática pode vir a custar até 5% do produto interno bruto (PIB) mundial a cada ano.

# Comissões aprovam emendas à LDO para 2010

Seis comissões permanentes – Educação, Assuntos Sociais, Meio Ambiente, Assuntos Econômicos, Direitos Humanos e Desenvolvimento Regional – aprovaram ontem suas emendas ao projeto de Lei de Diretri-

zes Orçamentárias (LDO) para 2010, que está em análise na Comissão Mista de Orçamento. O prazo para apresentação de emendas à LDO, cuja votação pelo Congresso é feita no mês de julho, termina amanhã.

## BIBLIOTECAS PÚBLICAS MODERNAS

A modernização de mil bibliotecas públicas no país é o principal objetivo de emenda ao projeto de LDO aprovada pela Comissão de Educação (CE). A ideia é tornar essas bibliotecas “espaços vivos, atrativos e acessíveis” de leitura, ampliando sua utilização. A emenda recebeu a assinatura de Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS) e Roberto Cavalcanti (PSB-PB). Outra emenda acolhida pela comissão, de Paulo Paim (PT-RS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), visa à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A reestruturação da rede pública de educação básica, para atender 10 mil escolas e projetos de formação inicial e continuada de professores, também foi contemplada pela CE.

## REVITALIZAÇÃO DE BACIAS

Controle de poluição e revitalização de bacias hidrográficas integram as cinco emendas aprovadas pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). As mudanças sugeridas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 foram pedidas pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Valter Pereira (PMDB-MS). Este também recomendou apoio a ações de regularização fundiária das unidades de conservação federais, o que foi acolhido pela CMA. A comissão aprovou ainda emenda apresentada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) que visa à recuperação de áreas degradadas.

## COMBATE À HOMOFOBIA

A Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou emenda que busca oferecer apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia. Outra emenda aprovada tem como objetivo a capacitação de profissionais para atender mulheres em situação de violência. Foram também pedidos recursos adicionais a fim de implantar sistemas de informação para a infância e a adolescência, para centros de referência em comunidades remanescentes de quilombos e para centros integrados de prevenção e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. A CDH ainda aprovou emenda à LDO que obriga o Executivo a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais.

## MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou emenda proposta por Fátima Cleide (PT-RO) para permitir a implantação de serviços de atenção à saúde da mulher vítima de violência. Outra emenda, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), beneficia a Rede Sarah de Hospitais. A saúde mental também mereceu a atenção da CAS, por sugestão de Marisa Serrano (PSDB-MS). A comissão aprovou ainda recursos para implantação de unidades de pronto atendimento à saúde, a pedido de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que irão priorizar ações nas emergências e urgências de hospitais da rede pública. Outra emenda pretende beneficiar centros de Referência de Assistência Social, de atendimento à criança e ao adolescente e de convivência do idoso.

## REDUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou emenda proposta por Inácio Arruda (PCdoB-CE) para reduzir o superávit primário do próximo ano, dos previstos 3,8% do produto interno bruto (PIB) para 1,6%. O senador argumenta que a recuperação da economia ainda é lenta e desigual, apesar dos sinais recentes de retomada das atividades, não estando afastada a possibilidade de um resultado negativo em 2010. Desse modo, para o senador, sem a redução das metas de superávit (que corresponde à economia feita pelo setor público para o pagamento dos juros da dívida pública), União, estados e municípios terão muitas dificuldades para atender a demandas, realizar investimentos e prestar os serviços exigidos pela sociedade.

## DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Das cinco emendas acolhidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), três se destinam a apoiar projetos e eventos para o desenvolvimento do turismo, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Entre as demais emendas acolhidas, está a de Valter Pereira (PMDB-MS), que favorece ações do Ministério da Integração para investimentos em infraestrutura no Centro-Oeste. Também foi aprovada emenda de Serys Silhessarenko (PT-MT) que visa apoiar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, beneficiando o Mato Grosso com projetos de melhoria de sistemas de água tratada, esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação e iluminação pública, entre outros.



Sarney (C, à dir.) cumprimenta o ministro Ubiratan Aguiar, após receber relatório

## TCU sugere aprovação das contas do governo, mas aponta falhas

A carga tributária brasileira, em 2008, registrou crescimento nominal de 15,56% em relação a 2007, enquanto no mesmo período o crescimento nominal do produto interno bruto (PIB) foi de 12,93%. A informação consta do relatório que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, ao lado do relator Augusto Nardes, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney.

O parecer prévio do TCU é pela aprovação das contas, com recomendações a ministérios e outros órgãos para a correção de falhas.

– Em 72% dos programas que analisamos, não encontramos os indicadores apropriados para fazer as auditorias com maior precisão – disse Nardes.

O documento faz considerações sobre o desempenho da economia brasileira em 2008, que registrou variação positiva

de 5,08% do PIB em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 2,89 trilhões. Aborda também os impactos da crise financeira internacional sobre a economia, notadamente no último trimestre do ano.

Em relação a 2007, houve redução da taxa de desemprego, passando de 7,4% para 6,8%. Já o rendimento médio mensal do trabalhador evoluiu de R\$ 1.245,60 para R\$ 1.290,50. Outra novidade no mercado de trabalho foi a elevação do nível de emprego formal em 5,01%, com o setor da construção civil figurando como o maior responsável, com evolução de 12,9%.

A fim de corrigir as falhas apontadas, o TCU recomenda um prazo de 90 dias para o governo apresentar plano de ação que vise fortalecer os sistemas de planejamento, avaliação, monitoramento e controle da administração pública.

## Profissões da área de estética poderão ser regulamentadas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a projeto de lei da Câmara (PLC 112/07) que regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. Segundo Rosalba, essas atividades empregam mais de 1 milhão de pessoas no país, sendo que a maioria, pela falta dessa regulamentação, não tem seus direitos trabalhistas assegurados.

A proposta estabelece como requisitos para o exercício dessas profissões a conclusão do ensino fundamental; a habilitação específica fornecida por entidade pública ou privada legalmente reconhecida; e, para quem não se enquadrar nessas condições,

a atuação nessas atividades há pelo menos um ano, contado da data de publicação da lei.

O presidente da CE, senador Flávio Arns (PT-PR), destacou apelo feito pelo representante do Ministério do Trabalho, durante debate sobre o projeto, para vincular a regulamentação dessas atividades ao cumprimento de normas sanitárias de higienização e esterilização dos materiais usados nos atendimentos.

Também foi aprovado parecer favorável da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a projeto de lei do Senado (PLS 52/08) que isenta de Imposto de Renda e de contribuição previdenciária o valor de bolsa concedida por estabelecimento de ensino a seus trabalhadores e dependentes legais.

## Votação do STF preocupa João Pedro

O senador João Pedro (PT-AM) demonstrou sua preocupação pela decisão que poderá ser tomada hoje pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do reconhecimento do diploma de jornalista. O parlamentar declarou-se favorável à exigência do diploma para o exercício da profissão.

João Pedro lamentou que o país venha a prescindir do cuidado com a formação dos jornalistas – profis-



João Pedro defende diploma para jornalistas

sionais que têm uma enorme responsabilidade no levantamento de informações sobre os mais diversos fatos da vida nacional, levando notícias aos brasileiros. Ele lembrou, ainda, que inúmeras escolas de jornalismo formam profissionais nessa área em todo o país.

– Considero um retrocesso para o Brasil se o Supremo não reconhecer o diploma desses profissionais. Não cabe meio jornalista, meio profissional. Não cabe jeitinho.

## Ideli vê encontro ambiental com otimismo

Ideli Salvatti (PT-SC) disse esperar que a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (Cop15) traga bons resultados para o planeta. O evento será realizado em dezembro, na capital da Dinamarca, Copenhague.

Segundo Ideli, o governo brasileiro deseja que a conferência sirva para a revisão, ampliação e prorrogação das medidas sugeridas pelo Protocolo de Kyoto, cujo prazo termina amanhã) debaterá sobre procedência de carnes e produtos orgânicos.



Governo tem expectativas sobre conferência, diz Ideli

Na semana passada, informou Ideli, foram realizadas reuniões preparatórias para a Cop15, quando o Brasil apresentou proposta ousada: diminuição, pelos países ricos, de 40% nas emissões de gases de efeito estufa, entre 2013 e 2020.

Ideli também registrou que a Exposuper 2009 (conferência catarinense de supermercado, que vai até